

Carta de Manaus

As pessoas associadas e programas de pós-graduação associados reunida/os na 41^a Reunião Nacional na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e na Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e entre dias 22 e 27 de outubro de 2023, destacam, através deste documento, compromissos coletivos firmados a partir das diferentes instâncias de debate coletivo configurados neste território amazônico. Nos dão subsídio para tal dois importantes documentos constituídos no contexto de nossa 41^a Reunião Nacional: a Carta da Indignação, formulada pela Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS), e a Carta de Manaus, entregue à presidência da Associação pelo Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (FNEEI). Neste sentido, esta carta expressa, no ano em que celebramos os 45 anos de história da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, o compromisso:

- por uma educação plural, pública, diversa e com investimento e compromisso com a justiça social;
- com os territórios amazônicos como manancial de biodiversidade e sustentabilidade vitais para o equilíbrio climático do planeta, assim como território de povos originários e tradicionais que concebem formas de bem-viver e epistemologias essenciais para o país e para Educação em sua forma mais ampla e abrangente;
- por uma educação na Amazônia que seja democratizada em termos de acesso, diálogo com suas populações, valorização de sua cultura e protagonismo de sua história, mantendo sua diversidade étnica para se configurar em uma escola democrática e inclusiva para todas, todos e todes;
- pelo fortalecimento das políticas de educação, saúde e meio-ambiente para a luta antirracista, feminista, ambiental, anticapacitista, decolonial, prisional, do campo e, sobretudo, com respeito, protagonismo e reconhecimento das culturas em seus territórios; com investimento e qualificação local de docentes, técnicos e demais sujeitos e profissionais envolvidos;



- pelo reconhecimento e protagonismo para a educação contextualizada conforme as especificidades dos povos indígenas, amazônidas, do campo, quilombola, ribeirinhos e periféricos, nas políticas educacionais do MEC;
- pelo reconhecimento da presença de lideranças, intelectuais e pesquisadoras/es indígenas nos diferentes âmbitos da sociedade, assim como negras e quilombolas, o que nos exige reflexividade e revisão crítica quanto a procedimentos tradicionais na realização de trabalho de campo e na escrita acadêmica;
- pelo reconhecimento dos saberes ancestrais, com a incorporação de epistemologias plurais, indígenas, de pessoas negras e quilombolas nas pautas legitimadas dos conhecimentos, teorias e conceitos disponíveis à formação pedagógica em Universidades, Departamentos e Programas de Pós-Graduação em Educação, assim como nas mais variadas instâncias das Associações Científicas que atuem no campo da Educação;
- pela afirmação das espiritualidades indígenas, como intrínsecas à ciência indígena e lícita na sua construção de conhecimento, considerando seu impacto e sua potencialidade de produzir, revigorar e subverter positivamente conhecimentos, teorias e metodologias pedagógicas contemporâneas;
- pela promoção e ampliação da decolonização da educação contemplando a pedagogia da floresta, da alternância, garantindo autonomia, gestão democrática em perspectiva integral dos PPPs e dos currículos com qualidade social;
- pela busca de formas inovadoras e novas práticas nas instituições acadêmicas e em nossa entidade pela inclusão destes saberes comunitários;
- o repúdio à exploração ilegal de territórios por mineradoras, carimpeiros, grileiros e monocultores, roubando terras públicas, degradando o meio ambiente e colocando populações tradicionais em situação de flagelo e massacre;
- com uma educação brasileira que esteja sensivelmente conectada aos desafios surgidos frente aos crescentes ataques aos direitos humanos destas e de outras populações em diálogo com - e também produzindo - múltiplas experiências socioeducativas contemporâneas;



- pela expansão da presença de educadores/as indígenas, negros/as e quilombolas no corpo discente e docente de Universidades, Departamentos e Programas de Pós-Graduação;
- o apoio a políticas de cota, concursos públicos, editais de ações afirmativas e reparadoras de injustiças históricas na sociedade e universidades;
- pela criação e/ou fortalecimento de políticas de permanência no ensino superior de pessoas em situação de vulnerabilidade social;
- pela criação, fortalecimento e/ou aprimoramento de ações de combate a LGBTfobia, ao racismo, ao capacitismo, à intolerância religiosa, ao genocídio da juventude negra e indígena e à violação de direitos de crianças indígenas, ribeirinhas e mulheres;
- para que a Capes, CNPq e agências de fomento criem políticas de fomento para estas populações e que não financiem pesquisas e colaborações com empresas que flagrantemente violam ou violaram os direitos de povos indígenas e quilombolas;
- pela expansão do número de pessoas indígenas, negras e quilombolas dentre o corpo de associados da ANPEd, através de políticas afirmativas específicas;
- pelo desenvolvimento de número especial da Revista Brasileira de Educação (RBE) e sessão especial na próxima reunião da ANPEd dedicada aos temas aqui expostos;
- pelo reconhecimento e protagonismo para a educação contextualizada conforme as especificidades dos povos indígenas, amazônidas, do campo, quilombola, ribeirinhos e periféricos, nas políticas educacionais do MEC, com criação de GT intersetorial e campanhas públicas de visibilidade às causas aqui expostas;
- pelo respeito aos espaços ocupados pelos povos indígenas e a multiplicidade de seres que nele convivem e resistem na construção de novos projetos de nação brasileira devidamente pautados na convivência respeitosa com a diversidade sociocultural e com os diversos biomas nos quais produzem seus territórios;
- pelo repúdio a toda forma de racismo e discriminação na sociedade, academia e espaços de produção e circulação de conhecimento;



- pela revogação da resolução 02/2019 e da lei do novo ensino médio;
- ampliação dos investimentos na educação pública com destaque para a valorização dos profissionais da educação;
- pelo apoio à luta contra a nucleação/fechamento de escolas no campo;
- pelo manutenção dos vetos presidenciais ao Marco Temporal;
- pela construção de políticas públicas robustas de mitigação da crise climática e apoio a populações vulneráveis, tendo como marco a indignação frente às queimadas que trouxeram grande impacto à cidade de Manaus nos dias prévios à realização deste evento, colocando igualmente as populações ribeirinhas diante da maior seca já presenciada no Rio Negro.

Manaus, 26 de outubro de 2023.

